



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DÉBORA RAYANE SILVA DE SOUZA BORGES**

**OS DESDOBRAMENTOS DO GOLPE DE 2016, A PANDEMIA DE COVID-19 E O  
SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE.**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

DÉBORA RAYANE SILVA DE SOUZA BORGES

**OS DESDOBRAMENTOS DO GOLPE DE 2016, A PANDEMIA DE COVID-19 E O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado á/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

**Área de concentração:** Serviço Social.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Tereza Cristina Ribeiro da Costa

**CAMPINA GRANDE  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B732d Borges, Débora Rayane Silva de Souza.

Os desdobramentos do golpe de 2016, a pandemia de Covid-19 e o serviço social na política de saúde. [manuscrito] / Débora Rayane Silva de Souza Borges. - 2023.  
25 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Tereza Cristina Ribeiro da Costa, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA. "

1. Golpe. 2. Crise sanitária,. 3. Pandemia. 4. serviço social.

I. Título

21. ed. CDD 363.1

DÉBORA RAYANE SILVA DE SOUZA

**OS DESDOBRAMENTOS DO GOLPE DE 2016, A PANDEMIA DE COVID-19 E O  
SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado á/ao Coordenação  
/Departamento do Curso de Serviço Social  
da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de bacharel em Serviço Social.

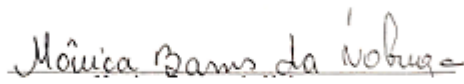
**Área de concentração:** Serviço Social.

Aprovado em: 27/11/2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dr. Tereza Cristina Ribeiro da Costa (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dr. Mônica Barros da Nóbrega  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Thaisa Simplício Carneiro Matias  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*“É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”.*

*(Marilda V. Yamamoto)*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 O GOLPE JURÍDICO PARLAMENTAR DE 2016</b>	
2.1 Aspectos introdutórios que contribuíram para o impeachment de Dilma Rousseff.....	9
<b>3 CRISE SANITÁRIA NA POLÍTICA DE SAÚDE E A PANDEMIA DE COVID-19</b>	
3.1 Caracterização do governo Bolsonaro durante a pandemia.....	13
<b>4 DESAFIOS IMPOSTOS PARA A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA</b>	
4.1 O trabalho do assistente social no contexto da pandemia.....	18
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>

# OS DESDOBRAMENTOS DO GOLPE DE 2016, A PANDEMIA DE COVID-19 E O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE.

Débora Rayane Silva de Souza Borges<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo traz uma contribuição ao debate atual sobre a pandemia de Covid-19 e o Serviço Social, tendo como pano de fundo os aspectos do Golpe de 2016 para a crise atual. Temos como objetivo geral contribuir para o debate acerca do Serviço Social em meio à crise sanitária da Covid-19. Entre os objetivos específicos, elegemos discutir o impacto do golpe que levou ao impeachment de Dilma Rousseff e, posteriormente, as ações realizadas pelo governo golpista de Michel Temer. Além disso, pretendemos discutir a pandemia, o Governo Bolsonaro e o Serviço Social em meio à pandemia. A temática foi escolhida diante da experiência da autora no estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social da UEPB, durante o período da pandemia em 2022, assim como a participação da mesma como bolsista do Projeto de Pesquisa e Iniciação Científica (PIBIC/UEPB) com cota iniciada em agosto de 2022 até agosto de 2023. Quanto à metodologia utilizada, nos guiamos pela matriz teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, na qual procedemos a um estudo bibliográfico e documental. Os resultados desse trabalho apontam um contexto bastante complexo de crise sanitária e de reversão de direitos, trazendo complexas demandas para o Serviço Social.

**Palavras-chaves:** Golpe, crise sanitária, pandemia, serviço social.

## ABSTRACT

This article makes a contribution to the current debate on the Covid-19 pandemic and Social Work, against the backdrop of the 2016 coup and the current crisis. Our general objective is to contribute to the debate on Social Work in the midst of the Covid-19 health crisis. The specific objectives include to discuss the impact of the coup, which led to the impeachment of Dilma Rousseff and subsequently the actions

---

<sup>1</sup> 1 Discente da Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus I. Email: debora.rayane@aluno.uepb.edu.br

taken by Michel Temer's coup government, as well as discussing the pandemic, the Bolsonaro government and Social Work in the midst of the pandemic. The topic was chosen in light of the author's experience in the mandatory supervised internship in Social Work at UEPB, during the period of the pandemic, as well as her participation as a scholarship holder in the Research and Scientific Initiation Project (PIBIC/UEPB). As for the methodology used, we were guided by the theoretical-methodological matrix of dialectical historical materialism, in which we carried out a bibliographic and documentary study. The results of this work point to a very complex context of health crisis and reversal of rights, bringing complex demands for Social Work.

**Keywords:** Coup, health crisis, pandemic, social work.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa contribuir com o debate acerca do golpe oficialmente protocolado em 2016, que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, assim como a crise sanitária desvelada com a pandemia de Covid-19, e como essas questões repercutiram na prática do Serviço Social. A aproximação teórico-prática com essa temática se desenvolveu a partir das inquietações surgidas na vivência do Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), oferecido pela Secretaria de Assistência Social de Campina Grande-PB (SEMAS-CG), durante o período pandêmico de agosto de 2022 a junho de 2023.

No decorrer da experiência no campo de estágio, foi possível observar de perto a atuação das assistentes sociais do programa após a retomada das atividades presenciais. Elas tiveram que lidar com as dificuldades na disponibilização dos equipamentos de segurança necessários (EPI), como máscaras e luvas, colocando em risco a integridade e a saúde profissional. Além disso, observou-se, a necessidade de implementação do teletrabalho<sup>2</sup>, onde as assistentes sociais vivenciaram as dificuldades de lidar com os usuários, protegendo seus direitos e mantendo a ética profissional de forma remota.

Outro ponto que ocasionou a realização deste trabalho foi a participação da autora no Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) com cota iniciada em agosto de 2022 até agosto de 2023. A pesquisa trouxe uma aproximação com as temáticas debatidas nesse artigo, através da discussão de diversos autores, textos e livros, que fomentaram o desenvolvimento crítico acerca da temática. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre os desvelamentos do golpe de 2016, a pandemia de COVID-19 e o Serviço Social.

Do ponto de vista metodológico, a elaboração deste artigo foi conduzida por meio de uma pesquisa de natureza bibliográfica, empregando uma abordagem qualitativa e fundamentando-se no método histórico-crítico. Este processo envolveu a análise de materiais previamente produzidos sobre a temática em questão, tais como livros e artigos científicos. A escolha da pesquisa bibliográfica se justifica pela

---

<sup>2</sup> A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) desempenhou um papel crucial na regulamentação do teletrabalho, popularmente conhecido como home office, trabalho remoto ou à distância. Em síntese, refere-se a uma modalidade de trabalho com carga horária convencional, porém realizado fora das instalações da empresa, em casa por exemplo. Durante a pandemia essa modalidade de trabalho foi muito utilizada, visto as necessidades de isolamento social.



necessidade de compreender e contextualizar o tema por meio da revisão e análise crítica da literatura existente sobre o golpe de 2016, a crise sanitária no sistema de saúde pública agravada pela pandemia de Covid-19, e a prática do Serviço Social em meio a esse cenário. A abordagem qualitativa, por sua vez, permitiu uma interpretação mais aprofundada e contextualizada dos dados, contribuindo para uma compreensão mais rica e abrangente do objeto de estudo.

O método histórico-crítico foi adotado como estratégia para analisar as informações de maneira contextualizada, considerando o desenvolvimento histórico do tema e buscando identificar as contradições e nuances presentes na temática. Essa abordagem proporciona uma compreensão mais ampla das relações entre os diferentes elementos que compõem o campo de estudo, contribuindo para uma análise crítica e reflexiva. Essa abordagem proporcionou uma base sólida para a construção do conhecimento abordado neste artigo, permitindo uma análise aprofundada e uma interpretação reflexiva sobre a temática em questão.

O presente artigo possui sua fundamentação teórica estruturada da seguinte forma: na primeira seção, contextualizamos sobre os aspectos introdutórios que contribuíram para o Golpe de 2016, tendo o impeachment como o viabilizador para a entrada do governo golpista de Michel Temer, que após um golpe bem-sucedido iniciou um modelo de governamentalidade pautado em contrarreformas do Estado, destacando-se um aprofundamento significativo no desmonte das políticas públicas, com especial ênfase na política de saúde; na seção seguinte, apresentamos a caracterização do governo Bolsonaro durante a pandemia, que dá continuidade às medidas ultraliberais implementadas no governo Temer, além das pautas negacionistas e conservadoras; na terceira seção, fazemos uma breve reflexão sobre a atuação do/a Assistente Social no contexto da pandemia; por fim, apresentamos as considerações finais, seguida das referências que contribuíram na fundamentação e construção do presente trabalho.

## **2 O GOLPE JURÍDICO PARLAMENTAR DE 2016**

### **2.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Oficialmente protocolado, em 31 de agosto de 2016, ocorreu o impeachment de Dilma Rousseff, então presidenta da república desde 2011. Reeleita em 2014, Dilma iniciou seu segundo mandato realizando um ajuste fiscal monetário que suscitou muitas críticas e discussões, sendo considerada uma retomada da estratégia de reconciliação das classes utilizada antes por Lula. Esse ajuste foi uma surpresa para muitos, inclusive para sua própria base eleitoral, tendo sido esse movimento um ato para tentar "amaciar" e "agradar" grupos empresariais, indicando assim Joaquim Levy, ex-diretor superintendente do Banco Bradesco (2010-2014), para ser Ministro da Fazenda.

Bastos (2017) cita que eliminar o rentismo com a dívida pública era o objetivo central do governo Dilma, como meio sistemático de acumulação do capital. No entanto, Dilma entrou em contradição quando decidiu tomar essa iniciativa como forma de reconciliação com o público empresarial, do qual ela já havia expressado publicamente sua oposição. Dessa forma, houve também muita insatisfação popular, pois o direcionamento de Dilma não estava claro, se continuaria com o

neodesenvolvimento de Lula, que se aproximava das camadas mais baixas, ou se buscava apoio empresarial.

Possivelmente, Dilma esperava o mesmo resultado de Lula que executou uma estratégia semelhante em 2003, contudo, o que aconteceu foi “uma tendência de unificação da burguesia ou, pelo menos, de inação conivente do grande empresariado em torno da bandeira de *-impeachment* de Dilma Rousseff, concluído em agosto de 2016” (Bastos, 2017).

A insatisfação também se manifestava na camada mais alta da sociedade, ou seja, a burguesia e o grande empresariado. Isso porque, no Brasil, o rentismo é uma das principais formas de obter lucro, e ameaçar essa política econômica forçaria a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura. Bastos (2017) destaca que o controle do capital estrutural sobre as mídias e os meios de comunicação rotulou o governo como “irresponsável tecnicamente e politicamente populista”.

Quanto ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Carnut; Mendes (2020) revelam que o golpe de 2016 foi um planejamento para desbloquear uma maior expansão rentista do capital, caracterizando um aprofundamento do neoliberalismo. Para alcançar essas investidas, o capital entende que é necessário um Estado que facilite as regras jurídicas a seu favor, atacando diretamente a democracia do país.

Consequentemente, desde as manifestações ocorridas em junho de 2013, a insatisfação, os conflitos sociais brasileiros, a pressão para continuar o neodesenvolvimentismo<sup>3</sup>, e outros fatores levaram ao desagrado popular e político, que culminaram no impeachment de Dilma. A agenda de movimentos populares que pressionaram o Estado por direitos sociais e bens públicos, conhecidas como “Jornadas de Junho”, foi o estopim que marcou esse processo de insatisfação popular. Estimuladas principalmente pela escolha do governo em efetuar medidas que atendessem aos interesses empresariais, na tentativa de minimizar o desagrado causado pelos critérios iniciais de austeridade fiscal, que restringiam investimentos neoliberais, Dilma embarcou em uma demanda de críticas, pois o que aconteceu foi exatamente o oposto do desejado. Essa escolha, segundo Bastos (2017, p.5),

Foi o oposto do esperado: além de aprofundar a recessão e o afastamento empresarial, a virada na política econômica alienou parte da população para quem era verossímil a acusação de “estelionato eleitoral” (ou mesmo “traição”) feita pelos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária. (Bastos, 2017. p. 5)

Todas as motivações que levaram os movimentos às ruas em junho de 2013 já existiam anos antes, seja na saúde, na educação ou no aumento das tarifas de ônibus; nada disso era novidade. A midiatização de frases como “meu país é meu partido” ou “o gigante acordou” demonstram um clamor fascista, que acabou induzindo discretamente, mas intencionalmente, uma ebulição social que levou a esquerda e a direita brasileira às ruas. Houve uma massificação de pessoas se mobilizando heterogeneamente ao mesmo tempo, dando a entender que os pleitos estavam acima das questões políticas.

---

<sup>3</sup> Indico ao leitor a tese dos autores Cezar Maranhão e Sheyla Suely, publicada na revista Serviço Social e Sociedade.

A despeito das diferenças de movimentos em cidades diferentes, houve um descompasso entre as motivações classistas das mobilizações [...] Neste vácuo, houve espaço para a capitalização das massas nas ruas em prol de bandeiras genéricas e fluídas, como a luta contra a corrupção [...] (Oliveira, 2016. p.213-214).

A deslegitimação das manifestações, que não estavam organizadas em torno de um único movimento, acabou acarretando um esvaziamento das pautas. Assim, o cenário político estava propício para a despolitização, que, segundo Berten (2017), é um sintoma empírico e evidente repleto de desmotivações pela política.

Sem dúvida, o espetáculo de uma câmara de deputados votando em abril de 2016 o impeachment de uma presidente eleita confirmou e aprofundou essa desconfiança dos cidadãos a respeito da política. Do ponto de vista racional, podemos dizer que, nessa sessão, não houve nenhum signo de republicanismo e de democracia. (Berten, 2017. p. 36)

Sobre essas linhas, começa a se gestar o golpe propriamente dito. Em 29 de outubro de 2015, o então vice-presidente da república, movido pelo seu partido (PMDB), lança um documento de 27 páginas conhecido como "*Uma Ponte para o Futuro*". O documento em questão trazia um programa de prevenção à economia brasileira, que propunha medidas que sobretudo desfavoreciam os trabalhadores, podendo na prática inviabilizar direitos universais a serviços públicos. Como exemplo, tem-se a desvinculação do salário mínimo do piso previdenciário, assim como a eliminação das diferenças de gênero e do trabalho rural urbano para efeito da aposentadoria por idade na Previdência Social (RGPS).

Sendo assim, o impeachment foi a viabilização do golpe, na qual Temer assume a presidência e começa a implementar uma série de políticas autoritárias e antidemocráticas de caráter ultraneoliberal, tendo como objetivo principal expandir o modelo de exploração e opressão da força de trabalho, aprofundando a subserviência do Brasil na entrega de suas fontes de riqueza para países internacionais.

Méllo, Albuquerque e Santos (2022) afirmam que em seu governo, Temer priorizou largamente o pagamento da dívida externa, viabilizou o ajuste fiscal e essencialmente propôs uma reforma trabalhista<sup>4</sup> que suspendeu diversos direitos fundamentais em nome da garantia da dominação do setor econômico.

Após um golpe próspero para assumir o poder, dá-se início ao modelo de governamentalidade de contrarreformas do Estado brasileiro e, principalmente, a um aprofundamento no desmonte das políticas públicas, em especial a política de saúde. Nesse momento, o país é marcado pela forte mercantilização das políticas públicas, orientado pela lógica do ultraneoliberalismo, onde foi possível observar o fortalecimento do projeto privatista, sobretudo a partir do governo Temer.

Levando em consideração o padrão de acumulação capitalista, Souza; Soares (2019) salientam que nunca se viu uma burguesia tão acelerada por aumento nas suas taxas de lucro, e, portanto, o Estado ativo na liberação de frações do fundo público destinadas a medidas de incentivo ao capital. Mascaro (2020) descreve que desde o golpe que o Brasil gestou em 2016, o país vem desmontando

---

<sup>4</sup> Indico o artigo "A disputa da narrativa conservadora na reforma trabalhista" da autora Nivea Maria Santos Souto Maior.

seu Sistema Único de Saúde (SUS). A ameaça principal do governo Temer ao estabelecer uma restrição orçamentária foi um maior aumento no desfinanciamento do SUS, fortalecendo assim o mercado de planos de saúde privado que já estava disposto no documento *"Uma Ponte para o Futuro"*.

Esse modelo de financiamento é considerado como um novo padrão de acumulação capitalista, conforme Teixeira e Paim (2018).

Trata-se, agora, de uma articulação público-privada específica, via empresas, que realizam a intermediação da assistência, ou seja, instituições financeiras que administram planos de saúde e se inserem no jogo especulativo das bolsas de valores. (Teixeira; Paim, 2018. p.15)

De acordo com Soares (2018), o mercado de planos de saúde populares vinha caindo nos últimos anos, e, conseqüentemente, havia muita insatisfação dos vendedores, o que explica a proposta de Temer em institucionalizar o mercado de planos privados em saúde.

Se o problema eram os gastos com benefícios tributários, durante o governo Temer, os gastos não foram proporcionais à arrecadação pública. Apenas em 2017, 39,70% foram gastos com amortização e pagamento da dívida externa (Souza; Soares, 2019). A medida provisória do Governo Federal nº 795/2017, conhecida como "MP do trilhão", concedeu isenção fiscal no valor de 1 trilhão de reais às petrolíferas estrangeiras, e, complementar a ela, o projeto de Lei nº 4.567-B/2016 autorizou a exploração do pré-sal brasileiro pelas petrolíferas multinacionais.

O governo Temer foi marcado por diversas propostas de perdão, como a medida provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, conhecida como o Novo Refis, que visava perdoar uma dívida estimada em R\$543 bilhões do setor empresarial com a União e 10 bilhões da bancada ruralista com a previdência social (Souza; Soares, 2019).

Cabe salientar, através de Souza e Soares (2019), um descompasso em relação às políticas de transferência de renda e o salário mínimo. Por exemplo, 4,6% em aumento ao Bolsa Família foram negados pelo presidente, que alegou que esse aumento não cabia no orçamento, assim como os R\$945 reais de aumento ao salário mínimo previstos pelo Orçamento da União para 2017 de R\$880 passaram a ser apenas R\$937.

Com o aprofundamento da agenda ultraneoliberal para o Estado brasileiro, a crise sanitária brasileira elevou seus níveis de manifestação. Isso pode ser analisado, através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, a taxa de desemprego ficou em 12,7%, sendo considerada a maior desde a criação da série em 2012, e em relação ao ano de 2011, que ficou em 11,5%.

Dados como esses revelam um cenário de intensa crise sanitária, onde a população sofre diretamente com as conseqüências da desigualdade social aprofundadas por um Estado ultraneoliberal, que tende aos interesses do capital na tentativa de se retirar das responsabilidades com as políticas públicas.

Nesse contexto, Jair Messias Bolsonaro chega à presidência como líder de um movimento de extrema direita. Ao ganhar as eleições de 2018, assume a república e dá continuidade às medidas adotadas no governo Temer de caráter ultraneoliberal, principalmente apoiado pelas camadas da burguesia conservadora

do país. Elencando uma gestão baseada nos pilares do cristianismo, família tradicional, militarização e liberdade econômica.

As pautas do governo Bolsonaro se baseiam no corte de verbas para as políticas públicas, ajuste fiscal e reforma da previdência, apoiado pela promessa anticorrupção e por um discurso moralizante que disseminaram ódio e preconceito. Teve como lema das campanhas eleitorais de 2018 a frase: “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”, presente em seu plano de governo, consolidando sua ligação com o conservadorismo político, que buscou incluir a religiosidade em seu sistema de governo.

### **3 CRISE SANITÁRIA NA POLÍTICA DE SAÚDE E A PANDEMIA DE COVID-19**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO DURANTE A PANDEMIA**

A pandemia de COVID-19 eclodiu inicialmente na China e depois se espalhou pelo cenário mundial no ano de 2020, sendo descrita como uma doença respiratória aguda de grau 2, causada pelo vírus SARS-CoV-2, altamente contagiosa e também mortal. Tendo isso em vista, a pandemia afetou os diversos setores da vida social, incluindo a economia e as políticas públicas. Tais impactos terão consequências na vida das pessoas que durarão por anos, principalmente no Brasil, pois, de acordo com o boletim epidemiológico nº 65<sup>5</sup>, publicado pelo Ministério da Saúde e a Secretaria de Vigilância em Saúde, referente às datas de 23 a 29 de maio de 2021, o Brasil ocupava o segundo lugar em maior número de óbitos por COVID no mundo, contabilizando um total de 461.057 mortes, ficando atrás somente dos EUA, com 594.306 mortes. Atualmente, o Ministério da Saúde, em seu último Painel Coronavírus atualizado em 10 de outubro de 2023, confirma que o Brasil possui 706.986 óbitos confirmados por Covid.

Essas consequências impactam, em especial, a população que se encontra em vulnerabilidade social, revelando cada vez mais a desigualdade social e levando famílias à extrema pobreza no país.

A crise na saúde e o desfinanciamento dessa política são problemas que permeiam diversos países do mundo, e com a chegada da pandemia isso ficou ainda mais evidente. Os países subdesenvolvidos, com baixo desenvolvimento socioeconômico e humano, que apresentam características como má distribuição de renda e pobreza, foram os mais afetados diante da crise sanitária de Covid-19. Pereira (2020) endossa que

Diante desse cenário, governos e sociedades de diversas regiões do mundo estão enfrentando um dos maiores desafios sanitários, sociais e econômicos da história recente, que afeta desigualmente populações e territórios mais vulneráveis. (Pereira, 2020. p.5)

Isso se manifesta de uma forma ainda mais clara quando é feita uma análise referente às sociedades latino-americanas. Levando em consideração as características históricas de colonização dos países, assim como o modo de

---

<sup>5</sup> Os boletins epidemiológicos são documentos que apresentam informações detalhadas em contextos de surtos de doenças infecciosas, como epidemias ou pandemias. No caso da pandemia de COVID-19, o Ministério da Saúde brasileiro divulgava rotineiramente os boletins com as devidas informações para acompanhamento do avanço da doença, em números de casos confirmados e óbitos.

produção e reprodução capitalista, sabe-se que a questão social e suas multiformas são fatos inerentes presentes nessas sociedades. Porém, no caso da América Latina, as duras crises socioeconômicas estão relacionadas também com o modo como o Estado tratou as políticas públicas, especialmente a política de saúde, em diversos desses países direcionada a setores privados. Mesmo que anos depois, mais especificamente a partir dos anos 2000, começasse a acontecer uma pequena mudança com a entrada de governos de centro-esquerda, assim como a diminuição das desigualdades através de modelos de distribuição de renda, em 2010 o avanço de governos neoliberais e neoconservadores foi uma ameaça exposta à democracia e aos direitos sociais na América Latina (Machado, Lima 2003). Portanto, o desfinanciamento da saúde se adequa sobretudo ao cenário de crise capitalista e à mercantilização dos direitos.

Além da crise nos sistemas de saúde agravados pelo desfinanciamento das políticas, e o avanço da pandemia, é possível observar também um aumento nos níveis de pobreza nos países da América Latina. Esse cenário é ainda mais alarmante, pois, de acordo com o relatório "Panorama Social da América Latina e Caribe", apresentado em novembro de 2022 pela CEPAL, os níveis de pobreza e extrema pobreza se mantêm acima dos níveis pré-pandemia na América Latina e Caribe. Dados do Panorama Social de 2022 afirmam ainda que os níveis de pobreza e extrema pobreza em 18 países (Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da) da América Latina se mantiveram mais elevados durante a pandemia. Em 2014, por exemplo, a taxa de pobreza era de 27,8% e a de extrema pobreza era de 7,8%, já em 2021 esses níveis subiram para 32,3% e 12,9% (CEPAL, 2022). É possível observar um forte cenário de crise sanitária a níveis alarmantes.

Isso também se observa no impacto da pandemia na saúde da população e na situação dos sistemas de saúde dos países. A América Latina e o Caribe são uma das regiões mais afetadas pela pandemia desde seu início em fevereiro de 2020, tanto em termos de contágios como de mortes por COVID-19 confirmadas. (CEPAL, 2022. p.14)

Com o avanço da pandemia, em 7 de abril de 2021, durante a coletiva de imprensa semanal da OPAS, Carissa F. Etienne, diretora da Organização Pan-Americana da Saúde, afirmou que "Em nenhum lugar do mundo as infecções são tão preocupantes como na América do Sul", disse Etienne. Dentre os países do grupo, o Brasil chegou a registrar 4.211 óbitos em 24 horas no início de abril de 2021, foi a primeira vez que o país ultrapassou a marca dos 4 mil mortos (UOL, 2012a).

O Brasil possui um sistema de saúde que garante a todos os brasileiros o direito universal a atendimentos de diversos tipos na área da saúde. Nota-se que o SUS vem sofrendo com a falta de investimentos necessários para seu funcionamento pleno desde sua criação histórica, porém é a partir da entrada dos governos ultraneoliberais de Temer e Bolsonaro que o mesmo começa a passar por um contínuo desfinanciamento. Carnut (2020) delimita que o problema do desfinanciamento é acarretado por um ajuste fiscal que asfixia os direitos fundamentais à saúde. Além disso, nota-se que os investimentos para essa política caíram notadamente a partir da entrada desses governos.

Para se ter uma ideia, o gasto público em ações e serviços públicos de saúde, em termos consolidados (União, estados, Distrito Federal e municípios), de aproximadamente R\$ 3,60 por habitante/dia em 2017, equivalente a 4,0% do PIB, é metade da média de aplicação dos países com sistemas de saúde universal (Alemanha, Canadá, Espanha, França, Reino Unido e Suécia, principalmente), 8,0%. (Mendes; Funcia, 2016 *apud* Mendes; Carnut, 2020, p. 28).

Assim como todas as outras políticas públicas no país, o SUS sofreu perdas no seu financiamento a partir do golpe de 2016. Para Teixeira e Paim (2018), o golpe trouxe repercussões para a saúde, incluindo medidas impostas na Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como "PEC da morte", que estabeleceu o congelamento de 20 anos nos gastos com as políticas de saúde, educação e assistência no Brasil. O desfinanciamento do SUS é radicalizado nos anos de 2018 e 2019, quando no governo Bolsonaro foram perdidos 9,7 bilhões destinados à saúde (Santos e Funcia, 2019). Nesse momento, o país é marcado pela forte mercantilização das políticas públicas, orientada pela lógica do ultraneoliberalismo, onde foi possível observar o fortalecimento do projeto privatista, sobretudo a partir do governo Temer, e continuamente no governo Bolsonaro.

Levando em consideração as pautas conservadoras e de extrema direita desse governo, o conservadorismo, juntamente com o bolsonarismo, tornou-se uma espécie de corrente ideológica, com seguidores que interagem na busca por uma postura hegemônica. Isso porque, o conservadorismo é uma filosofia política e social que valoriza a tradição, a estabilidade e a continuidade. Os conservadores geralmente resistem a mudanças abruptas na sociedade e buscam instituições de preservação e práticas condicionais. Essa ideologia política tem raízes históricas que remontam a diferentes tradições, culturais e contextos nacionais, como a religião e a hierarquia social.

A análise desse governo pode ser feita principalmente através da crise sanitária da COVID-19, que teve seu primeiro caso confirmado no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde. Desde então, o enfrentamento teve seu marco em um governo negacionista, privatista e necropolítico<sup>6</sup> (Méllo; Albuquerque; Santos, 2022). Isso porque, mesmo com a chegada da pandemia, os compromissos neoliberais não tiveram diminuição. Behring; Cislighi; Souza (2020) afirmam que, perante o momento do golpe de 2016 até o governo Bolsonaro, foram os mais dramáticos para os trabalhadores, pois pertence à mais recente forma de neoliberalismo, o ultranacionalismo, ou seja,

Cabe notar que, mesmo com a inflexão da pandemia da COVID-19 desde março de 2020, não houve recuo na agenda ultraneoliberal que combinada à crise sanitária, vem tendo resultados catastróficos, assumindo um perfil de genocídio em massa e que atinge, sobretudo, a classe trabalhadora em seus setores mais empobrecidos, a partir de um discurso que submete a defesa da cidadania à economia. Na verdade, a pandemia desnudou a agressividade do ultraliberalismo. (Behring; Cislighi; Souza, 2020. p.106)

---

<sup>6</sup> Conceito formulado por Achille Mbembe. Para ele, a necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem pode morrer, com base no poder de controlar populações.

Em seu governo, Bolsonaro elegeu como Ministro da Economia, o político e economista brasileiro Paulo Guedes, que teve um papel fundamental na formulação das políticas econômicas no Brasil, principalmente durante esse período. Ficou fortemente conhecido por defender princípios de livre mercado, responsabilidade fiscal e reformas da previdência, como justificativa para enfrentar os desafios econômicos. Guedes manifestou apoio à privatização, à simplificação do sistema tributário e à redução dos gastos em despesas primárias do governo para estimular o crescimento econômico.

A pandemia de COVID-19 no Brasil foi marcada pelo alto teor negacionista do presidente Jair Bolsonaro. Em suas aparições na mídia, ele expressava contrariedade em relação ao isolamento social, uso de máscara e, principalmente, à vacina. Esse negacionismo contribuiu para o aumento de casos por contaminação, desconsiderando as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), seu governo ficou marcado por inúmeras mortes pelo vírus.

Como se não bastasse os discursos, de maneira habitual o presidente aparecia constantemente realizando ações que infringiam as regras sanitárias básicas, como por exemplo, o uso da máscara de maneira indevida em rede nacional. Entre os diversos erros, cabe mencionar que o mesmo tratou a doença com menosprezo, tratando a mesma como apenas uma "gripezinha" (Raichelis; Arregui, 2020). Durante a CPI da COVID em maio de 2021, foi entrevistado o representante da empresa farmacêutica Pfizer no Brasil na época, Carlos Murillo, que confirmou três ofertas de vacina para o Brasil só em agosto de 2020, de até 70 milhões de doses, em nenhuma delas obteve resposta do governo Brasileiro. Em uma visita a Porto Seguro-BA, em dezembro de 2020, Bolsonaro explicitou publicamente aos jornalistas sua contrariedade as vacinas, em especial a Pfizer, da qual citou um trecho do contrato "Lá no contrato da Pfizer, está bem claro nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu", disse Bolsonaro (UOL,2020b).

Outras medidas que o presidente achou cabível realizar durante um período pandêmico, foram as diversas aglomerações juntamente com seus apoiadores sem o uso de máscara, dentre eles muitos idosos que faziam parte do grupo de risco. A conhecida motocia, realizada na cidade de São Paulo em 2021, reuniu aproximadamente 12 mil motos segundo a Secretaria Estadual de Segurança de São Paulo, a maioria sem os equipamentos adequados, além disso, houveram trocas de abraços, e até mesmo um acidente entre motos (Brasil de Fato, 2021). Ao final do ato, sobre um carro de som na região do parque Ibirapuera, o presidente e seus apoiadores proferiram diversas críticas ao governo paulista, João Dória (PSDB), assim como voltou a falar de um tratamento precoce e sem comprovação científica, a hidroxicloroquina (Brasil de Fato, 2021). O mesmo foi multado em R\$552,71 pelo Governo de São Paulo, por não usar máscara nem proteção facial em espaços abertos ao público (Brasil de Fato, 2021).

Além disso, cabe ressaltar que o presidente indicou o uso indevido do medicamento Hidroxicloroquina como tratamento para a Covid-19, "Estou tomando a terceira dose da hidroxicloroquina. Estou me sentindo muito bem. Estava mais ou menos no domingo, mal na segunda-feira. Hoje, terça, estou muito melhor do que sábado. Com toda certeza, está dando certo", disse Bolsonaro em vídeo publicado em suas redes social em julho de 2020, quando o mesmo contraiu o vírus da Covid. O vídeo foi apagado pela própria plataforma por ser considerado conteúdo de desinformação (BBC NEWS, 2020). A revista científica britânica interdisciplinar Nature, em abril de 2021, publicou uma análise de 28 ensaios clínicos com mais 10



mil pacientes, onde comprovou que o uso da Hidroxicloroquina não apresentou benefícios contra a doença. O uso de medicamentos como a Hidroxicloroquina fizeram parte do "tratamento precoce" contra Covid no Brasil, mesmo sem comprovação científica garantida.

Segundo o Conselho Federal de Farmácia, em documento entregue a esta CPI, a venda a varejo de ivermectina teve um crescimento de 557,26% em 2020, comparado com as vendas de 2019, e a de hidroxicloroquina, um aumento de 113,15% (Ofício nº 00815/2021-SPE/CFF, de 21 de junho de 2021). (Senado Federal, 2021. p.120).

Em um período de fortes instabilidades, não havia comprovação de medicamentos que prevenisse ou tratassem o vírus; mesmo assim, o Ministério da Saúde, através de suas redes sociais, fez uma postagem acerca do "tratamento precoce" em janeiro de 2021 que dizia: "para combater a Covid-19, a orientação é não esperar. Quanto mais cedo começar o tratamento, maiores as chances de recuperação. Então, fique atento! Ao apresentar sintomas da Covid-19, #NãoEspere, procure uma Unidade de Saúde e solicite o tratamento precoce". O Ministério da Saúde teve sua publicação marcada pelo próprio Twitter como contendo informações enganosas e possivelmente prejudiciais relacionadas à COVID-19 (G1, 2021b).

Sobre as incertezas impostas com pandemia, o governo Bolsonaro também foi marcado pelas inúmeras trocas de ministros da saúde, ao total foram contabilizados 4 ministros durante o período da pandemia, sendo eles Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga. Os dois primeiros ministros, Mandetta e Teich, deixaram o cargo por discordarem com a forma de Bolsonaro lidar com a pandemia. Luiz Henrique Mandetta era adepto ao isolamento social e às medidas de proteção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde, das quais Bolsonaro insistia em contrariar. Nelson Teich, médico cardiologista, foi contra o tratamento precoce da hidroxicloroquina, muito defendido pelo ex-presidente Bolsonaro.

O relatório final da CPI da COVID, divulgado em 26 de outubro de 2021 e aprovado por 7 votos a 4, responsabiliza o presidente Jair Bolsonaro por no mínimo nove crimes, além de indicar 78 pessoas e 2 empresas para investigação de ações e omissões durante a pandemia. O presidente foi indicado pelos crimes de charlatanismo, prevaricação, iniciação ao crime, infração de medida sanitária preventiva, epidemia com resultado morte, falsificação de documento particular, emprego irregular de verbas públicas e crimes contra a humanidade. O documento também destaca que "em termos quantitativos, o Brasil representa aproximadamente 2,8% da população mundial, mas, até julho de 2021, 13,2% das mortes durante a covid-19 eram de brasileiros" (Senado Federal, 2021). Esses motivos levaram o ex-presidente a ganhar o título de genocida por diversos brasileiros.

Trata-se de um (des)governo de traços neofascistas, que reforça o braço repressivo do Estado e ameaça reiteradamente o rompimento da ordem constitucional. A isso somam-se o fundamentalismo religioso e obscurantista, o negacionismo da ciência, os irracionalismos, as práticas neofascistas que impõem o social-darwinismo e a necropolítica como *modus operandi*. (Raichelis; Arregui, 2021. p.142)

Os problemas enfrentados durante a pandemia incluíram a escassez de equipamentos de proteção individual para profissionais da saúde e a falta de insumos para a produção de testes rápidos, destacando pontos críticos no combate à COVID-19. Apesar da necessidade de manter os custos para a saúde pública, os gastos extraordinários para enfrentar a pandemia diminuíram significativamente. Monitorando os gastos da União no combate à COVID-19, observa-se que em 2020, até dezembro, o valor desembolsado foi de R\$540 bilhões. Em contraste, em 2021, esse valor caiu para R\$121,4 bilhões, chegando a R\$20,8 bilhões em 2022, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Ao analisar os gastos previstos para cada ano, nota-se um descaso ainda mais evidente. Em 2020, o valor previsto era de R\$604,7 bilhões, enquanto em 2021, foi reduzido para R\$150,2 bilhões. Em 2022, a previsão era de R\$27,2 bilhões. Em todos os anos, houve uma diminuição contínua no total destinado aos gastos com a doença, e os valores previstos não foram completamente investidos.

Méllo, Albuquerque, e Santos (2022) afirmam que no contexto brasileiro, as consequências pós-COVID foram graves. Com a crise econômica, a taxa de desemprego atingiu 14%, e mais de 50% da população enfrentava alguma forma de insegurança alimentar em 2022. A resposta brasileira a essa crise humanitária foi considerada a pior do mundo, de acordo com um estudo realizado pelo Instituto Australiano Lowy, no final de janeiro de 2021. O estudo analisou 98 países, considerando critérios como mortes confirmadas, casos confirmados, casos por milhão de habitantes, mortes por milhão de habitantes, casos em proporção aos testes e testes por mil habitantes. Nessa análise, o Brasil apareceu com mais de 220 mil mortes confirmadas (G1, 2021a).

No cenário brasileiro, a pandemia mostrou um grau de retrocesso e reacionarismo político e social. De acordo com Mascaro (2020) o governo de Jair Messias Bolsonaro, ecoa padrões comparados ao da ditadura militar inclusive no plano econômico, mostrando sua face majoritariamente inclinada a experiências neoliberais. Mascaro (2020) cita, que a política de Bolsonaro se debruça sobre políticas de extrema direita, que perpassam desde o governo Temer, demonstram a fragilidade institucional em reagir rapidamente a crises, isso pode ser explicado pelo fato de que

Até o presente momento, Bolsonaro age em termos de propiciar o aumento do quadro pandêmico, sem políticas de maior vulto para o socorro à população. Trata-se de um governo sem quadros capazes, manietado por um direto controle tanto militar quanto do capital financeiro, dinamizado por milícias de internet, sem oposição forte nem controle institucional pelos poderes Legislativo e Judiciário. (Mascaro, 2020, p.12).

Esse drástico contexto trouxe implicações substanciais para os trabalhadores, inclusive para os/as assistentes sociais, sobre os quais veremos no item a seguir, como essas questões repercutiram na sua prática profissional.

## **4 DESAFIOS IMPOSTOS PARA A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA**

### **4.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA**

O Serviço Social é uma profissão que se insere na sociedade a partir da divisão do trabalho, decorrente de um processo histórico de enfrentamento da questão social, fruto do modo de produção capitalista. Sobretudo é uma profissão que necessita se redefinir sempre que aparecem novas demandas na sociedade.

Trata-se, portanto, de um esforço de compreender a prática profissional na sua dimensão histórica, como uma prática em processo, em constante renovação, fato este derivado, fundamentalmente, das modificações verificadas nas formas de expressão e no aprofundamento das contradições que peculiarizam o desenvolvimento de nossas sociedades. (Iamamoto, 2008. p. 89)

Dessa forma, entende-se que, dentro do espaço ocupacional do/a assistente social, é necessário apropriar-se das novas demandas que vão surgindo historicamente e não apenas focar nas demandas existentes na sociedade (Iamamoto, 2008). Além disso, o próprio movimento da sociedade traz para o ambiente profissional novas técnicas de atuação, como, por exemplo, o uso da tecnologia, que antes era algo inimaginável e hoje se tornou indispensável no ato do fazer profissional. Essas mudanças acontecem até mesmo nos espaços mais tradicionais de atuação profissional, como, por exemplo, a assistência social, a educação, a previdência e a saúde. As mudanças e atualizações das demandas são inerentes ao modo de produção capitalista e, portanto, as formas de intervenção devem se ampliar para cobrir as necessidades de cada novo público. Mota (2014, p.695-696) analisa que “o leque dos fenômenos - objetos trabalhados e pesquisados no âmbito do Serviço Social se amplia, requerendo novas problematizações e aportes de conhecimentos que se refletem nas práticas profissionais.

A pandemia e o novo coronavírus desvelaram o teor crítico que a crise estrutural do capital já dispunha em suas dimensões sociais, econômicas, políticas e, essencialmente, sanitárias. Raichelis e Arregui (2021) ressaltam que o cenário pandêmico mostrou cruelmente as medidas contraditórias desse processo do capital: entre elas, a fraqueza dos poderes ultraneoliberais que desfinanciaram as políticas sociais, especialmente o SUS e o Suas.

Para o cenário da Assistência Social não foi diferente. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou uma nota onde expressou seu repúdio ao orçamento transferido para gastos com a política de assistência em 2019, da qual houve um corte de quase 50% estabelecido pelo Governo Federal, que interferiu no funcionamento do Sistema Único de Assistência Social. Em nota, o afirma que a medida

Aprofundará a precarização dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados a aproximadamente trinta milhões de famílias atendidas nos mais de oito mil Centros de Referência e Centros Especializados de Referência de Assistência Social (Cras e Creas), além de demais equipamentos. (Conselho Federal de Assistência Social, 2018a).

Os diversos segmentos trabalhistas sofrem a precarização e a superexploração da força de trabalho em suas mais variadas formas, levando em consideração as novas dimensões sociais, sendo esse um fenômeno que perpassa

o tempo. Como profissional assalariado, o/a assistente social se insere como parte integrante dessas formas de precarização, além disso, estando intimamente ligado ao mecanismo das políticas públicas, padece a degradação das formas de sociabilidade individual e trabalhistas. O quadro da pandemia trouxe novas pressões na prática do/a assistente social enquanto profissional considerado linha de frente no combate ao vírus.

Desde os primeiros momentos, de forma avassaladora, a pandemia tencionou para que, de forma imediatista, os profissionais adotassem uma série de ações para contenção da contaminação. Por sua vez, a pandemia traz para a discussão as medidas de intervenção social. No caso do Serviço Social, essas ações se seguem principalmente ao aumento das fragilidades das expressões questões sociais acarretadas pela pandemia, sendo elas: a combinação entre intervenção presencial e intervenção remota; agilidade nos processos de comunicação e proteção social; listagem de medidas a serem tomadas em diversos setores da vida social (Carmo, 2021).

Com relação ao próprio assistente social, esse profissional esteve responsável por diversos segmentos, como, por exemplo: alta hospitalar; apoio emocional e impacto social; apoio e acompanhamento domiciliar às famílias vítimas da COVID; acompanhamento dos casos; e agente comunicador das recomendações sanitárias anti-covid (Carmo, 2021).

É frente a esse cenário de complexidades que o Serviço Social foi convocado a atuar. Soares, Correia e Santos (2021) ressaltam que o/a assistente social teve que lidar com “contratos precários, inseguros e temporários”, além de jornadas de trabalhos estendidas, que colocaram em risco a integridade e a saúde profissional. Assim como os outros profissionais, em especial da área da saúde, teve que lidar com as dificuldades no acesso aos equipamentos de segurança necessários (EPI), como, por exemplo, máscaras e luvas. O Parecer Jurídico do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Nº 05/2020-E, tratou da ausência de equipamentos de Proteção Individual – EPI para assistentes sociais “[...] é de responsabilidade do empregador o fornecimento do EPI necessário ao exercício das atividades laborais” (O Conselho Federal de Serviço Social, 2020b. p. 7). Soares, Correia e Santos (2021, p.125) mostram que, com isso,

Principalmente na fase inicial de enfrentamento da pandemia, houve escassez na disponibilidade de EPI em diversos serviços, e a tendência foi de imprimir uma extrema racionalização que negava o uso de EPI para profissionais que não estivessem em contato direto com pacientes com covid-19.

O isolamento social trouxe para a esfera do exercício a necessidade de implementação do teletrabalho, onde os/as assistentes sociais vivenciaram as dificuldades de lidar com os usuários, protegendo seus direitos e mantendo a ética profissional de forma remota. No âmbito da educação, os profissionais responsáveis pela formação acadêmica em Serviço Social lidaram com os desafios das aulas em formato online, limitando a transferência de conhecimento e a relação professor/aluno. Com mecanismos limitados, usavam seus próprios recursos para completar as atividades trabalhistas, assim como, os espaços particulares já não se divergiam mais dos espaços de trabalhos, visto a exigência da função remota. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), quanto ao teletrabalho, deixou claro que houve “[...] a intensificação da exploração do trabalho assalariado e economia

para as instituições empregadoras” (O Conselho Federal de Serviço Social, 2020c, p. 5).

A precarização do trabalho dos assistentes sociais atingia também a instrumentalidade do exercício profissional, enquanto competências e atribuições prestadas por esses profissionais dentro desse cenário. O ato de notificar o falecimento de qualquer paciente cabe ao médico assistente, que, de acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), deve também assinar o atestado de óbito de seu paciente. Entretanto, muitos assistentes sociais tiveram que desempenhar esse papel durante a pandemia, visto as inúmeras demandas de óbitos.

Diante do panorama de precarização, os órgãos responsáveis encontraram a necessidade de lutar pela melhoria do aparato social dos/as assistentes sociais. O conjunto CFESS/CRESS elaborou uma normativa esclarecendo que essa conduta não era de responsabilidade do assistente social. Em nota, a normativa n. 3/2020 orienta que “2. A comunicação de óbito não constitui atribuição ou competência profissional do/a assistente social” (CFESS, 2020d). O cerne dessas implicações são exemplos de situações que modificam o cotidiano profissional do assistente social não só durante a pandemia, mas que certamente deixarão marcas duradouras no exercício prático dessa profissão.

Houve, de certa forma, levando em consideração essas implicações, uma contradição entre práticas atribuídas ao assistente social, que possivelmente se viu à mercê não só de novas demandas, mas de novas formas de instrumentalizar o seu exercício profissional. O contexto era de fortes crises econômicas, sociais e sanitárias, são também fundamentadas sobre os interesses neoliberais e conservadores, e, sobretudo regida pela dominação de um governo de extrema direita, que reitera o desafio de precarização do trabalho, atingindo a profissão na defesa da hegemonia profissional contra o conservadorismo presente nas raízes do Serviço Social. Tal direção hegemônica encontra forças de norte manifestas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 866.2) e o Código de Ética do Assistente Social, que permitiram durante esse processo um direcionamento profissional de forma coerente à transformação social e à emancipação humana. Soares, Correia e Santos (2021, p. 126), delimitam que

Assim, em meio às contradições da política de saúde, com intensa precarização, desfinanciamento, privatização e fragmentação, sem articulação e coordenação de enfrentamento em nível federal, com expressões de uma política genocida ao mesmo tempo que extremamente privatista e ultraliberal, o Serviço Social é requisitado a reproduzir o perfil profissional tecnicista, voluntarista e conservador.

Com base no exposto, é notável que, mesmo diante da complexidade, dos desafios e das profundas contradições evidenciadas na conjuntura atual, os profissionais do Serviço Social enfrentam a luta pelos direitos sociais. Segundo as considerações de Soares, Correia e Santos (2021), mesmo no cenário de tantas e tão complexas contradições, os/as assistentes sociais exerceram sua relativa autonomia profissional, ultrapassando as relações de trabalho e subordinação, e avançaram em direção à consciência individual e coletiva. Eles se apropriaram do conhecimento aprofundado sobre a realidade social no contexto da atual crise.

Em meio às contradições da pandemia, o Serviço Social, pautado em seu projeto ético-político-profissional, foi capaz de apresentar respostas diante das demandas complexas da crise sanitária e das expressões da questão social. Isso se

deu por meio da construção de estratégias coletivas de reflexão sobre a realidade, estabelecendo articulações internas e externas aos serviços, inclusive junto aos movimentos sociais. Mesmo com um cenário de precarização das políticas públicas, subfinanciamento do SUS e deterioração das condições de vida, que conseqüentemente levaram a um cenário de complexas multiformas da questão social em meio à crise sanitária da pandemia.

É relevante enfatizar que a formação do/a assistente social o habilita a compreender a totalidade que perpassa a realidade dos usuários. Nesse sentido, a atuação do assistente social no contexto da pandemia, especialmente na linha de frente, evidenciou que, apesar dos desafios impostos ao seu exercício profissional, esses profissionais têm contribuído de maneira significativa no enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas pela população, na defesa do SUS e da Reforma Sanitária.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises aqui desenvolvidas sobre a política de saúde brasileira desempenharam um papel crucial para compreender sua configuração atual, inseridas no contexto dos desafios enfrentados pelas políticas de públicas, constantemente ameaçadas pelas investidas neoliberais e pelas mudanças no processo de contrarreformas, agravadas pela pandemia da COVID-19. A emergência da pandemia tornou ainda mais evidentes as dificuldades e tensões presentes na política de saúde do Brasil. Essas questões são agravadas pelo avanço das medidas contrarreformistas, que incluem o sucateamento, desfinanciamento e precarização das condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social, sob a gestão de um governo ultraliberal.

A conjuntura atual é marcada por uma crise sanitária global, destacando a fragilidade do sistema de saúde brasileiro. O impacto desses elementos se reflete na capacidade do sistema em enfrentar uma pandemia de proporções significativas, expondo as vulnerabilidades estruturais e operacionais.

Com isso, a compreensão dessas dinâmicas é essencial para a formulação de estratégias eficazes e para o engajamento em discussões que busquem fortalecer e preservar os princípios fundamentais do sistema de saúde. Diante desse cenário desafiador, a análise crítica e a reflexão sobre as políticas de saúde são cruciais para orientar esforços no sentido de promover mudanças positivas e enfrentar as adversidades que se apresentam.

Em face do desmonte das políticas públicas e das pressões neoliberalistas, os profissionais de Serviço Social desempenham um papel crucial na defesa dos direitos fundamentais. Dessa forma, em meio a esse cenário de desmonte da política de saúde e dos inúmeros desafios acentuados pela pandemia da COVID-19, a categoria dos/a assistente sociais continua a reafirmar seu compromisso com os princípios orientadores do projeto ético-político profissional. Isso significa integrar-se à equipe de trabalhadores que luta pela preservação de um sistema de saúde público, universal e de qualidade, mesmo diante das contradições geradas pelos interesses do mercado privado da saúde.

Em meio a esse cenário, o Serviço Social teve que lidar com políticas públicas precarizadas, especialmente com a política de saúde desfinanciada, levando em consideração a EC n95, e o sucateamento na demora do auxílio emergencial. Essas considerações contribuem para a deterioração das condições de vida, agravando ainda mais a questão social em meio a pandemia.

Portanto, a atuação comprometida do Serviço Social se revela vital para enfrentar as complexidades do atual contexto, onde a saúde é frequentemente colocada em segundo plano diante de interesses econômicos. A busca por uma abordagem integrada e solidária, alinhada aos princípios éticos e políticos da profissão, é essencial para fortalecer a resistência contra o desmonte das políticas de saúde e para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

## 6 REFERÊNCIAS

AXFORS, C., SCHMILT AM, JANIAUD, P. *et al.* Resultados de mortalidade com hidrocicloroquina e cloroquina em COVID-19 a partir de uma meta-análise colaborativa internacional de ensaios randomizados. *Nature*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-021-22446-z> Acesso em: 11/11/2023.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, p. e172129, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVrYS4mD/#>. Acesso em: 16/09/2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. **BRAVO, MIS; MATOS, MC; FREIRE, SM Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando**, p. 103-121, 2020. Disponível em: [35e7c6\\_8f992804cafa49fe8d87d1af095a9171-libre.pdf\(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](https://www.livrescielo.org/d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net) Acesso em: 07/09/2023.

BERTEN, André. Despolitização, desmotivação, legitimidade. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 3, n. 2, p. 38-59, 2017. Disponível em <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3828>. Acesso em: 25/08/2023.

**Bolsonaro promove aglomerações em SP e é multado por governo Doria.** Brasil de Fato, São Paulo, 12/06/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/12/motociata-com-bolsonaro-promove-aglomeracao-sem-mascara-em-sao-paulo> Acesso em: 10/11/2023.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 4.567-B de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília (DF): **Conselho Federal de Serviço Social**, 2012.

**Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico.** CONAS, 27/02/2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1042-brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico> Acesso em: 11/11/2023.

BRASIL, Corona Virus Brasil. **Painel Coronavírus.** Disponível em:

<https://covid.saude.gov.br/> Acesso: 12/11/2023.

BRASIL. Medida provisória nº 783, de 31 de maio de 2017. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez.

BRASIL. Medida provisória nº 795 de 17 de agosto de 2017. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico nº 65 - Boletim COE Coronavírus**, 23 a 29 de maio de 2021.

BRASIL. Senado Federal. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia: instituída pelos requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/ao-vivo/cpi-da-pandemia>. Acesso em: 25/08/2023.

BRASIL, Tesouro Nacional Transparente. **Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>

CARATCHUK, Ana, PORTO, Douglas, AUGUSTO, Thaís *et al.* **Brasil supera 4.000 mortes por covid em 24h e dobra recorde diário em 1 mês**. UOL, 07/04/2021a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/04/06/covid-19-coronavirus-casos-mortes-06-de-abril.htm> Acesso em: 10/11/2023.

CARMO, Hermano. O serviço social e a pandemia: Reflexões prospetivas. **Revista Temas Sociais**, n. 1, p. 7-30, 2021. Disponível em: [O serviço social e a pandemia: reflexões prospetivas | Revista Temas Sociais \(ulusofona.pt\)](https://www.ulusofona.pt/revista-temas-sociais/revista-temas-sociais-1-2021). Acesso em: 26/07/2023.

CFESS. Assistentes sociais contra os novos cortes no orçamento Federal para 2019. Nota de repúdio, 24 de setembro de 2018a. Disponível: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1505> Acesso em: 01/11/2023.

CFESS. Memorial nosso luto, nossa luta! Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020d. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 17 out. 2020.

CFESS. Orientação normativa nº 3/2020, de 31 de março de 2020. Dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020b.

CFESS. Parecer Jurídico nº 05/2020-E, de 24 de abril de 2020. Dispõe sobre a ausência de equipamentos de proteção individual — EPI para assistentes sociais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020a.

CFESS. Teletrabalho e teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020c. Disponível em:



<http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM - Brasil). Código de ética médica. Resolução nº 1.246/88. Brasília: Tablóide, 1990.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Panorama Social da América Latina e do Caribe**, 2022.

**COVID-19 Continua aumentando nas Américas, alerta diretora da OPAS**. OPAS, 07/04/2021. Disponível em: [COVID-19 continua aumentando nas Américas, alerta diretora da OPAS - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](#)

DE MATOS, Maurílio Castro. A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. 2020. **ABPSS**. Disponível em: [artigo-a-pandemia-do-coronavirus-\(covid19\)-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-saude-202005072308575377550.pdf \(abepss.org.br\)](#). Acesso em: 26/10/2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. - 10ed. São Paulo: **Cortez**, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Desemprego**. Governo Federal, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 23/08/2023.

MACHADO, Cristiani Vieira e LIMA, Luciana Dias de. Políticas e sistemas de saúde na América Latina: identidade regional e singularidades nacionais. **Cadernos de Saúde Pública**. 2017, v. 33, n. Disponível em: [SciELO - Brasil - Políticas e sistemas de saúde na América Latina: identidade regional e singularidades nacionais Políticas e sistemas de saúde na América Latina: identidade regional e singularidades nacionais](#) Acesso em: 16/01/2023.

MASCARO, A. L. Crise e Pandemia. Coleção Crise Pandemia. São Paulo: Editora **Boitempo**, 2020.

MÉLLO, Livia Milena Barbosa de Deus; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de; SANTOS, Romário Correia dos. Conjuntura política brasileira e saúde: do golpe de 2016 à pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 842-856, 2022. Disponível em: [<SciELO - Brasil -Conjuntura política brasileira e saúde: do golpe de 2016 à pandemia de Covid-19Conjuntura política brasileira e saúde: do golpe de 2016 à pandemia de Covid-19>](#). Acesso em: 23/03/2023.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. **Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento**. Ser Social, v. 22, n. 46, p. 9-32, 2020. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/25260](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260)>. Acesso em: 30/03/2023.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 694-705, 2014. Disponível em: [SciELO - Brasil - Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do](#)

assistente social Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. Acesso em: 17/09/2023.

NETO, João. **Entre 2014 e 2017, desemprego cresceu mais em Santa Catarina e no Rio.** Agência IBGE notícias, 10/04/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20118-entre-2014-e-2017-desemprego-cresceu-mais-em-santa-catarina-e-no-rio-de-janeiro#:~:text=No%20pa%C3%ADs%2C%20a%20taxa%20de,s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%20iniciada%20em%202012>. Acesso em: 18/08/2023

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. **Historiæ**, v. 7, n. 2, p. 191-232, 2016. Disponível em: <O GOLPE DE 2016: BREVE ENSAIO DE HISTÓRIA IMEDIATA SOBRE DEMOCRACIA E AUTORITARISMO | [Historiæ\(furg.br\)](http://Historiæ(furg.br))>. Acesso em: 26/03/2023.

PEREIRA, Adelyne Maria M. Estratégias de enfrentamento da pandemia pela Covid-19 no contexto internacional: reflexões para a ação. Nota Técnica. **Observatório Fiocruz-Covid-19. Rio de Janeiro: Fiocruz**, 2020. Disponível em: [Nota Técnica. Estratégias de enfrentamento da pandemia pela Covid-19 no contexto internacional: reflexões para a ação \(fiocruz.br\)](#) Acesso em: 14/10/2023.

PMDB. PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> Acesso em: 12/08/2023.

RAICHELIS, R., & ARREGUI, C. C.. (2021). O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, (140), 134–152. Disponível em: [SciELO - Brasil - O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia](#). Acesso em: 29/10/2023.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, p. 118-133, 2021. Disponível em: [SciELO - B - Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19 Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19](#) Acesso em: 12/08/2023.

SOARES, Raquel Cavalcante. Governo Temer e contrarreforma na política de saúde: a inviabilização do SUS. **Argumentum**, v. 10, n. 1, p. 24-32, 2018. Disponível em -> [Vista do Governo Temer e contrarreforma na política de saúde: a inviabilização do SUS \(ufes.br\)](#) Acesso em: 23/03/2023.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve Balanço Do Governo Temer. **SER Social**, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 11–28, 2019. Disponível em: [Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve Balanço Do Governo Temer | SER Social \(unb.br\)](#). Acesso em: 16 nov. 2023.

**'Se virar jacaré, é problema seu': o que Bolsonaro já disse sobre vacinas.** UOL, 03/05/2023b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/03/jair-bolsonaro-vacina-covid-19.htm> Acesso em: 22/10/2023.

TEIXEIRA, Carmen Fontes de Souza; PAIM, Jairnilson Silva. A crise mundial de 2008 e o golpe do capital na política de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v.42, p. 11-21, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S201>>. Acesso em: 15/03/2023.

TV Senado. **Representante da Pfizer diz que ofertas de vacina ao governo brasileiro previam entregas em 2020.** YouTube, 13/05/2021. Disponível em: <https://youtu.be/iBNYyTQkkKE>

**Twitter faz alerta em post do Ministério da Saúde de informação enganosa.** G1, 16/01/2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/16/twitter-faz-alerta-em-post-do-ministerio-da-saude-de-informacao-enganosa.ghtml> Acesso em: 10/11/2023.

**Veja na íntegra os planos de governo de Bolsonaro e Haddad.** Veja, 28/10/2018. Disponível em: [Propostas - Eleições 2018: Veja na íntegra os planos de governo de Bolsonaro e Haddad | VEJA \(abril.com.br\)](#) Acesso: 10/11/2023

VENAGLIA, Guilherme. **Bolsonaro publica vídeo tomando hidroxicloroquina e se diz melhor da Covid-19.** CNN BRASIL, São Paulo, 07/07/2020. Disponível em: [Bolsonaro publica vídeo tomando hidroxicloroquina e se diz melhor da Covid-19 | CNN Brasil](#) Acesso em: 10/11/2023